

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo
Nº 98

Brasília (DF)
Nov de 2019



C.L.

NÃO BASTA NÃO SER RACISTA É NECESSÁRIO SER ANTIRRACISTA!

O debate sobre o racismo estruturante de nossa sociedade, que marca o desenvolvimento capitalista de nosso país, tendo sido um dos últimos a abolir a escravidão, produz sentidos no cotidiano das relações sociais. Marca nossas instituições de ensino, as instituições públicas e o próprio Estado.

Apesar de cotidianamente lutarmos para tirar da invisibilidade a questão racial e nos posicionarmos contra a tese da “igualdade racial”, no mês de novembro temos um espaço privilegiado para centrar nossos debates, reflexões e ações para aprofundar nossa luta.

As marcas de uma sociedade escravocrata, machista, heteronormativa, capacitista e classista estruturam o capitalismo no Brasil e em parte da América Latina. Daí nosso desafio de avançarmos em reflexões no sentido de articular essas dimensões da vida social, seja a partir da interseccionalidade ou da consubstancialidade que evitam a hierarquização das lutas necessárias para o avanço de nossa organização enquanto categoria e como parte da classe trabalhadora.

Por isso, nesse mês de novembro, em

que fomos mais uma vez atacados com medidas regressivas do governo federal, com inúmeras propostas de emenda à constituição que atacam o funcionalismo e os serviços públicos, é necessário afirmar que para os negros e negras a retirada de direitos é mais intensa, é mais perversa, pois a eles a história negou mais direitos.

No Brasil, as raízes escravocratas que estruturam a sociedade se fazem sentir na desigualdade salarial entre brancos e negros, nos percentuais de negros e negras presos, nos jovens negros e negras assassinado(a)s nas periferias do país, no número de negros e negras analfabeto(a)s e desempregado(a)s. Na ainda pequena participação negra na vida política do país, no judiciário, na mídia e na Universidade.

Como diz a música de Clara Nunes “todo povo dessa terra, quando pode cantar, canta de dor”, e assim constrói sua história arrancando da sociedade as possibilidades negadas pelo sistema capitalista, pois é “de guerra em paz, de paz em guerra” que negros e negras lutam por sua história, seus direitos e por uma outra história. Reivindicando o resgate de uma história decolonial, de uma narrativa não branca, que reconheça que classe, raça e gênero são complementares.

As desigualdades raciais estruturais se expressam na contrarreforma da previdência que terá mais impactos para os negros e negras, que são os mais pobres no país. Se fazem sentir no controle e domínio ideológico imposto pelos projetos de militarização das escolas públicas, que pune e expulsa da rede de educação pública os mais pobres, entre os quais se destacam os jovens negros e negras. No acesso e permanência de negros e negras nas instituições públicas de ensino superior.

Nesse mês de novembro, como aliás tem sido os últimos dez meses, não temos muitas coisas a comemorar. Mas, é necessário reafirmar a importância das cotas raciais como forma de democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo em que é necessário afirmar a necessidade de se avançar nas cotas para os serviços públicos e para a pós-graduação.

Hoje, reafirmar o caráter classista de nosso sindicato, depois de quase quarenta anos de existência, significa afirmar que a classe trabalhadora tem raça e gênero e que é necessário lutar cotidianamente para dar visibilidade a essa realidade social.



MÊS DA Consciência Negra

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

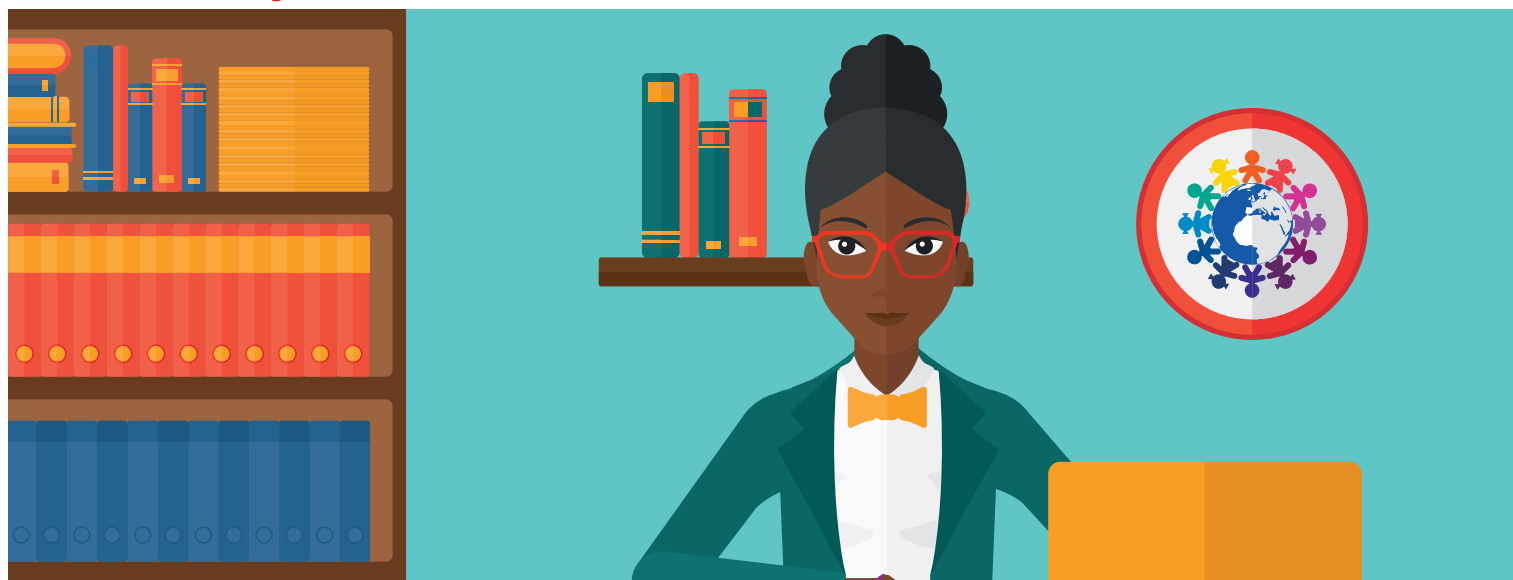
Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Andressa Oliveira, Bruna Yunes DrT 9045/DF, Jonathan Oliveira, José Maciel, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Capa: Carlos Lopes // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação

Apoio técnico: Beatriz Artigas

A importância dos conselheiros tutelares na manutenção do ECA



A polarização nas últimas eleições presidenciais, que ocorreu em 2018, também se refletiu na escolha dos conselheiros tutelares, neste ano. De um lado, candidatos progressistas laicos. De outro, aqueles indicados por grupos religiosos conservadores. Uma intensa campanha de ambos os grupos resultou em um fluxo incomum de votantes às urnas de todo o Brasil, no dia 6 de outubro. Cerca de 30 mil conselheiros foram indicados para os 5.956 conselhos ativos em todo o país.

Os conselhos tutelares estão presentes em praticamente todas as cidades brasileiras e foram criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90. São compostos por cinco conselheiros tutelares, escolhidos pela população local para um mandato de quatro anos. O órgão, assim como os seus membros, é responsável por zelar pela proteção de crianças e adolescentes.

“O Conselheiro tutelar é um sujeito político fundamental para diminuir as desigualdades sociais e raciais direcionadas às crianças e adolescentes no Brasil inteiro”, afirma Rodrigo Lima, educador social e docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Lima explica que o interesse de grupos religiosos, especialmente neopentecostais, nos cargos de conselheiros tutelares não é recente. Porém, diante do último pleito presidencial, sindicatos e grupos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes se mobilizaram para indicar candidatos com um perfil de trabalho histórico na área, que defendam o Estado laico e o ECA, e se posicionem contra a redução da maioria penal.

“Com isso, tivemos resultados significativos. Um deles, por exemplo, foi a votação expressiva da Patrícia Félix, no Rio de Janeiro, com mais de 4mil votos”, conta. Félix é uma educadora social de 48 anos, nascida na Vila Vintém, na Zona Oeste do Rio, e trabalha na área há anos.

“Não tem problema ser evangélico, católico, umbandista ou ateu e ser conselheiro tutelar. O problema é não defender o Estado laico. Você não pode entrar em um conselho tutelar com um trabalho de evangelização, que vai ferir as pautas de um Estado democrático, pautas históricas do movimento em defesa de crianças e adolescentes”, ressalta o professor da UFF.

Rodrigo Lima também acrescenta que, nos últimos anos, a mudança na legislação da profissão de conselheiro fez com que se aumentasse a disputa pela vaga. O docente explica que, até 2012, não existia previsão de determinados direitos trabalhistas e previdenciários aos conselheiros tutelares. “Vivemos uma lógica de desemprego estrutural, então muitas pessoas estão buscando a inserção nos conselhos, mesmo não tendo experiência no trabalho com crianças e adolescentes”, aponta.

Conselho tutelar

O conselho tutelar é um órgão público autônomo, presente nos municípios brasileiros e no Distrito Federal, que recebe denúncias sobre ameaças aos direitos de crianças e adolescentes previstos no ECA. O órgão também é responsável por atender e encaminhar as vítimas de abuso. O conselho é

um mobilizador do poder público na criação de políticas necessárias para o atendimento de crianças e adolescentes. Os conselhos funcionam 365 dias ao ano e 24 horas por dia.



QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS?

- Atender e aconselhar os pais ou responsável;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;
- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos;
- Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

Encontros marcam o fim do mês de outubro e o início de novembro



Foto: Divulgação

Seminário aponta desafios para defesa da universidade pública e carreira docente

Docentes de universidades públicas federais e estaduais do Nordeste se reuniram na sede da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Sergipe (Adufs Seção Sindical), nos dias 25 e 26 de outubro, para discutir a conjuntura nacional e os desafios a respeito dos investimentos públicos na educação e os direitos da categoria. Com o tema “Metamorphose dos Institutos Federais, Cefet e Instituições de Ensino Superior Pública e a desestruturação da Carreira Docente”, o Seminário Inter-regional de Carreira e Verbas das Secretarias Regionais Nordeste I, II e III do ANDES-SN abordou questões como orçamento público e o corte de verbas da educação no Brasil; carreira docente, salário e o desmonte do Estado promovido pelo governo; verbas, fundações e dívida pública.

Benedito Libório, 2º vice-presidente da regional Nordeste III do ANDES-SN, destacou o Seminário como um espaço de resistência ao cenário de ataques aos professores e professoras por parte do Governo Federal.

Libório ressaltou que as políticas em curso, implementadas pelo governo federal, têm como propósito “desobrigar o Estado de assumir suas funções de mantenedor das universidades públicas e financiador dos serviços que são essenciais para o seu funcionamento. O diretor do ANDES-SN lembrou ainda que “as universidades públicas são responsáveis por mais de 80% das patentes e produção de conhecimento do país”.

Com o mesmo objetivo, de acordo com Libório, os governos Federal e estaduais têm “atacado as professoras e professores de todas as formas, estabelecendo novos decretos que desestruturam a carreira e retiram nossos direitos de afastamento para capacitação. Além disso, colocam em xeque a Soberania Nacional, quando cortam recursos para pesquisas”.

O encontro foi também um momento de reafirmar o diálogo e a construção coletiva entre os diferentes segmentos da sociedade como estratégia de defesa da democracia e da educação pública. Entidades como o Diretório Central dos Estudantes da UFS e a Pastoral da Juventude também participaram do Seminário.

VII Encontro de Saúde do Trabalhador Docente

Intensificar o trabalho de base, atuar no ensino e na comunidade para fazer a luta e a resistência aos ataques à Seguridade Social e evitar perder o foco nas lutas imediatas em detrimento da luta de classes. Estes foram alguns dos assuntos apresentados durante o VII Encontro Nacional do ANDES-SN de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente. O evento aconteceu nos dias 25 e 26 de outubro, na sede da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em Campina Grande (PB) com o tema central “O Acirramento da Luta de Classes, Trabalho Docente e Saúde do(a) Trabalhador (a) Docente”.

A professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ana Paula Muriel, apresentou um painel detalhado do processo de implantação da seguridade social no país, em especial dos conflitos e das transformações que ocorreram nessa área depois da promulgação da Constituição Federal 88.

Entre 2016 e 2018, de acordo com dados levantados pela professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Ana Paula Muriel, após a

aprovação da Emenda Constitucional 95 houve o cancelamento de R\$ 10 bilhões da Assistência Social, com 5,7 milhões de pessoas perdendo benefícios, entre Bolsa Família, auxílio doença e auxílio invalidez. A perspectiva é que até 2020 os cortes atinjam R\$ 20 bilhões.

Também foram discutidos os impactos e transformações na área da Saúde nas últimas décadas.

“Sempre lutamos para avançar e agora a gente quase que abraça a CF e pedindo para deixar o que restou”, ressaltou Jacqueline Lima, 2ª secretária do ANDES-SN.

A diretora apontou, como estratégia de ação, a atuação no ensino, na comunidade e nos projetos de extensão para fazer a luta e a resistência. “Não podemos entregar o SUS e a Seguridade Social. Estamos lutando até hoje contra a reforma da Previdência de 1998”, lembrou.

II Encontro Nacional sobre Carreira EBTT

Já entre os dias 1 e 3 de novembro, o Sindicato Nacional realizou o II Encontro Nacional sobre Carreira EBTT e o Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino. O evento aconteceu em Porto Alegre, na sede do Sindicato dos Docentes do Instituto Federal do RS (Sindoif Seção Sindical).

Foram debatidos temas como ponto eletrônico e controle do trabalho

docente, a valorização acadêmica e econômica da carreira EBTT, a luta contra a precarização do trabalho e pelo o fim dos ataques aos professores.

Segundo André Martins, presidente do Sindoif SSind., é fundamental ter um espaço para que se possa fazer a construção de políticas do Sindicato Nacional para a carreira EBTT. “Nossa luta é na construção de uma proposta de carreira única no âmbito federal e, para isso, temos que lutar por algumas questões fundamentais, como a revogação da Emenda Constitucional 95, contra os cortes e contingenciamentos na educação pública, entre outros”, disse.

Os participantes também discutiram sobre a carreira nos Colégios de Aplicação, o reconhecimento de Saberes e Competência, o impacto do Future-se para os docentes do EBTT.

Além disso, foram abordadas questões sobre ensino domiciliar e a militarização das escolas.

VI Encontro Nacional de Comunicação e Artes

Também no início de novembro (1 e 2), aconteceu o VI Encontro Nacional de Comunicação e Artes, em Vitória (ES). O evento, realizado a partir do tema “Culturas populares resistindo ao fascismo”, contou com a participação de docentes e também dos profissionais da comunicação do Sindicato Nacional e das Seções Sindicais.

A primeira mesa do encontro, na sexta

(1), teve como tema “Comunicação e Arte: construindo redes de resistência”, e abordou a importância de se promover uma comunicação que atue em favor da classe trabalhadora e de como a arte é, cada vez mais, uma ferramenta de resistência na luta sindical. Já no sábado, (2), foi realizada uma roda de conversa a partir do tema “Arte e cultura como instrumento de resistência”. Os participantes debateram sobre como as ações no campo das artes são capazes de promover uma luta coerente contra o autoritarismo do atual governo.

Ricardo Roberto Behr, 2º vice-presidente da Regional Leste e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes (GTCA) do ANDE-SN, resalta a importância do evento como instrumento de formação e atualização tanto dos dirigentes quanto dos profissionais de comunicação que atuam nas seções sindicais e no Sindicato Nacional.

“O ANDES-SN defende a participação das Seções Sindicais neste encontro, pois acredita que a pluralidade de ideias é capaz de criar uma rede de resistência tanto na arte, como na comunicação. Os debatedores instigaram conversas importantes e daqui surgiu novas articulações para a luta”, disse.

Oficinas – Durante os dois dias foram realizadas oficinas culturais de dança circular, hip hop, modelagem de panela de barro, capoeira e uma oficina sobre mídia radical.



Negras e negros serão uns dos mais prejudicados com reforma da previdência



Foto: Mídia Ninja/Reprodução

A contrarreforma da Previdência do governo Bolsonaro aprovada no Senado em segundo turno, no final de outubro, terá impacto nefasto para toda a classe trabalhadora.

Além de aumentar o tempo de contribuição (40 anos) para acesso ao valor total do benefício, e estabelecer idade mínima para a aposentadoria, a nova previdência contém vários outros ataques às trabalhadoras e trabalhadores. Um deles é a diminuição o valor da aposentadoria com a alteração do cálculo do benefício, que agora será sobre todos os salários de contribuição e não mais sobre os 80% maiores salários. A reforma também reduz o valor da pensão por morte, limita o acúmulo do benefício com a aposentadoria, e também diminui o benefício incapacidade.

No entanto, a população negra será a mais afetada pelo desmonte da Seguridade Social contido na Proposta de Emenda Constitucional 06/2019, que deverá ser promulgada até 19 de novembro.

Em geral, as pessoas negras entram mais cedo no mercado de trabalho, recebem os menores salários, e conseqüentemente tem menores aposentadorias. Além disso, permanecem mais tempo na informalidade o que dificulta o acesso ao benefício integral.

Por estarem inseridos em trabalhos

mais precarizados e mal remunerados, também têm menos qualidade de vida e acesso à saúde e educação de qualidade.

“A reforma da previdência atual é racista, assim como a maioria das políticas públicas brasileiras desde sempre. A própria lei da abolição [da escravidão] era racista. Ainda tem o mito da democracia racial, que nos fez e faz crer que nós temos direitos iguais. O que não é verdade, é uma farsa”, explica Gracinete Souza, docente da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs).

A docente ressalta que a contrarreforma da Previdência irá prejudicar sobremaneira a população pobre, que, na sua maioria, trabalha na informalidade e, por isso, contribui menos para a Previdência Social. “Desprezam que há um fosso na desigualdade social, já mencionada em várias pesquisas nacionais e internacionais. Essa PEC vai aumentar essa desigualdade, logo, atingir em cheio maioria da população brasileira que é negra e pobre”, reforça.

Desigualdade

Um estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em outubro revelou que a concentração de renda aumentou em 2018, reforçando a extrema desigualdade social no país. O rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi quase 34 vezes

maior que da metade mais pobre no ano passado. Isso significa que, a parcela de maior renda, teve ganho médio mensal de R\$ 27.744, enquanto os 50% menos favorecidos ganharam R\$ 820. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC).

A pesquisa apontou ainda que a diferença abismal salarial entre brancos e negros ainda persiste, sem sinais de mudanças na estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Em 2018, os trabalhadores brancos receberam, em média, cerca de 75% a mais do que os pretos e pardos.

Embora venha caindo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres ainda é grande também. Em 2018, o salário médio recebido por eles era 26,9% maior do que o recebido por elas. As mulheres negras ocupam o lugar mais baixo na pirâmide social, sendo as que recebem os menores salários.

O rendimento da mulher de cor preta ou parda, conforme classifica o IBGE, corresponde em média a 80% do rendimento dos homens pretos ou pardos.

Essa desigualdade tem reflexo no impacto da PEC 06/2019. Ou seja, as mulheres serão as que sofrerão ainda mais com os ataques contidos na contrarreforma da Previdência. Além de receberem menos, são as que mais trabalham tanto dentro quanto fora de casa.

Em sua maioria, são chefes de família que exercem triplas jornadas.

Gracinete ressalta que a reforma da Previdência, ao propor as mesmas regras para toda a população, despreza o machismo e o racismo estruturais e ainda não superados em nossa sociedade. “Tenta colocar toda população nas mesmas condições de vida, aumentando a idade para aposentar, justificando que a população está vivendo mais, porém em que condições?”, questiona. Ela acrescenta que o capitalismo precisa do racismo e machismo para continuar lucrando, principalmente com as trabalhadoras negras.

Um dos pilares da contrarreforma da Previdência é o aumento da idade para aposentadoria e também do tempo de contribuição. No entanto, desconsidera a diferença regional e racial da expectativa de vida no país. Segundo o IBGE, na média os brancos vivem 73 anos, já os negros morrem mais cedo, aos 67 anos.

Já a liderança da expectativa de vida no país, em 2015, era do estado de Santa Catarina, com média de 78,7 anos entre homens e mulheres. A última posição ficava com o estado do Maranhão, com média de 70,3 anos.

O estado de Santa Catarina tem 83,97% de população autodeclarada branca, o que o concede a posição de estado mais branco da nação, proporcionalmente. O Maranhão, por outro lado, é o terceiro mais negro, com 76,2% da população preta ou parda, atrás somente dos estados do Pará, com 76,7% e Bahia, 76,3%.

Como a PEC estabelece, para receber a aposentadoria integral, a idade

mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, grande parte da população negra vai morrer antes de se aposentar ou irá gozar poucos anos do seu benefício, embora tenha contribuído por quatro décadas.

A docente destaca que os dados do IBGE e o caráter racista da legislação brasileira explicitam que não houve reparação da escravidão no Brasil. “Fomos libertos dos cativados sem nenhuma política pública para compensar o estrago que fizeram conosco. Existiram (e ainda existem) as leis racistas. Logo, a sociedade brasileira precisa, ou melhor, necessita fazer essa reparação, senão não sairá do fosso da desigualdade. A população negra no Brasil ainda não conseguiu ter trabalho formal, com carteira assinada, por causa da não reparação”, explica.

Para Gracinete, o primeiro passo para buscar avançar na diminuição da desigualdade seria garantir empregos formais e salários decentes. Outra questão é a possibilidade de acesso e permanência à educação pública, gratuita e de qualidade, que por muito tempo foi negada à essa parcela da população.

“São a maioria das trabalhadoras e trabalhadores informais. E como irão pagar INSS por 20 anos, no mínimo? A maioria das mulheres negras trabalha como empregada doméstica, profissão que foi regulamentada há pouco tempo, e ainda hoje muitas nem têm carteira assinada, como vai contribuir para Previdência?”, reflete a professora da Uefs.

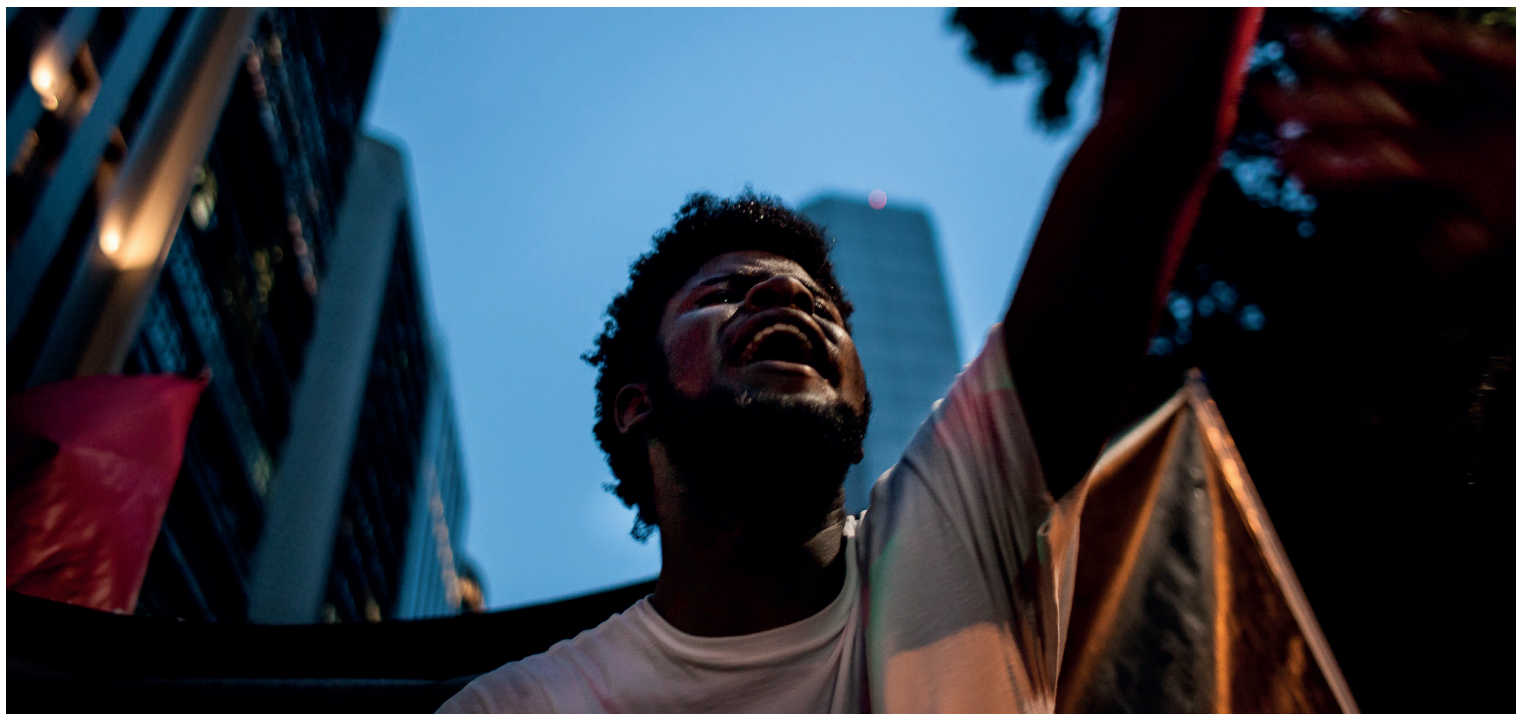
Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a ONU Mulheres mostrou que em 2015, o Brasil tinha registrado o número de

6,2 milhões de empregadas domésticas no país, sendo que 5,7 eram mulheres. Dessas, 3,7 eram pretas ou pardas.

Luta antirracista

Gracinete ressalta só será possível reverter os vários ataques às trabalhadoras e trabalhadores, se a reação se pautar na luta antirracista e antimachista. “Sendo o ANDES-SN um sindicato classista, só superaremos o Capital, se superarmos o racismo e o machismo, pois o Capital se estruturou em cima dessas opressões. Isso a base do ANDES-SN tem que ter consciência”, alerta.

Segundo a docente da Uefs, o sindicato demorou a se posicionar acerca de alguns debates, como a política de cotas, mas tem avançado nas discussões e nas ações. “Precisamos saber qual é o perfil da base do ANDES-SN. É um sindicato que tem na sua base professores de nível universitário, quantas negras e negros têm nível universitário? Considerando toda a política pública racista do Brasil e ainda as leis racistas, quantas negras e negros conseguem vencer todos os bloqueios da sociedade brasileira para estar no perfil da base do nosso Sindicato Nacional? Logo, somos minoria na base do ANDES-SN, e isso é mais um obstáculo para conseguir que o sindicato lute por nossa pauta. Como em outros sindicatos, a pauta negra é menosprezada. Nas discussões de cotas nos Congressos isso fica evidente. Nos últimos anos, a pauta negra avançou bastante, mas ainda é pouco, precisamos avançar mais. E, para isso, precisamos enegrecer a base do ANDES-SN”, afirma.



Os desafios do acesso e permanência de negras e negros nas instituições de ensino superior públicas

Em um Brasil onde negros e pardos compõem mais da metade da população nacional, a presença reduzida dessa população em espaços como as instituições de ensino superior público sinaliza a existência de um racismo estrutural, resquício do regime escravocrata que marcou a história do país durante mais de três séculos



FOTO: MARCELLO CASALI/IN/AGÊNCIA BRASIL

Com o objetivo de tornar o ambiente acadêmico mais plural e democrático, pressionados por parcela da sociedade, os governos vêm implementando políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino. Nos últimos 15 anos, houve um aumento gradual da inserção de negros nas instituições de ensino superior (IES) públicas. Em 2001, 67% dos estudantes nas instituições públicas eram brancos, enquanto 31,4% eram negros. Já em 2015, o número relativo dos negros nas universidades públicas, passou para 45,1%, segundo dados divulgados em agosto de 2019, no Boletim de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

As ações afirmativas são fruto de uma luta histórica do movimento negro, que teve início na década de 1970. Entretanto, as políticas nacionais saíram do papel apenas em 2001, após a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), na África do

Sul. As políticas de ações afirmativas estão voltadas para a reparação de dívidas históricas geradoras de exclusão das vítimas de discriminação racial.

Segundo Rosineide Freitas, 1ª tesoureira da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, naquela ocasião, o governo brasileiro assumiu um compromisso internacionalmente com a população afrobrasileira e afrodescendente. O governo desenvolveria políticas públicas para enfrentar a dívida histórica que tem com essa parcela da sociedade no Brasil e adotaria políticas de combate à discriminação racial, à xenofobia e ao racismo.

Além de uma cobrança internacional, as lutas travadas pelos movimentos sociais, especialmente pelo movimento negro brasileiro, sobretudo nas últimas décadas, culminaram no reconhecimento por parte do Estado brasileiro do racismo presente em nossa sociedade e da necessidade de corrigir as distorções e falta de oportunidades da população negra no acesso às políticas públicas.

Um acúmulo de acontecimentos sociais e legislativos resultou na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em

2010, e das Leis de Cotas nas instituições federais de ensino (12.711/2012) e na reserva, aos negros e negras, de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos (12.990/2014).

Pioneirismo

A diretora do ANDES-SN explica que diante da lentidão na esfera Federal entre o aceno do governo para a implantação das políticas afirmativas e a sua efetivação em nível nacional, as universidades, principalmente as estaduais, assumiram o protagonismo das políticas de cotas raciais no Brasil associadas ao recorte de classe. No ano de 2001, por meio de uma lei estadual, foi instituído o sistema de cotas para candidatos autodeclarados negros ou pardos, com percentual mínimo de 40% das vagas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj) e Estadual do Norte Fluminense (Uenf). Já a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) foi uma das pioneiras na implantação das cotas raciais por iniciativa própria e o sistema



Foto: MATHEUS ALVES/IMBIA/INBIA

é referência nacional. A Universidade de Brasília (UnB), em 2003, foi a primeira universidade federal a adotar as cotas raciais em seus processos seletivos de ingresso na graduação.

Segundo Rosineide, a política de cotas foi uma grande vitória da classe trabalhadora e de todo o povo negro e tem como finalidade reparar historicamente a exclusão dos jovens negros nas IES, não apenas causada pelo processo de escravidão. Ela aponta que mesmo no pós-abolição, as políticas públicas implementadas deram conta de fazer com que a população negra fosse incluída no dito processo “civilizatório”.

“O governo do Brasil tem uma dívida histórica com a população negra por conta dos mais de 300 anos de um sistema escravocrata no país. Há uma compreensão da importância da política [de reparação]. E, agora, temos o enfrentamento da manutenção dessa política no Rio de Janeiro, por exemplo, com um PL [projeto de lei] apresentado pela Bancada do PSL contra a política de cotas. Um olhar racista e de ataque à universidade, que hoje está mais plural na utilização de referenciais de outras epistemologias, que não só as ocidentais”, contou a docente.

O Projeto de Lei mencionado por Rosineide é o PL 470/2019, que propõe acabar com as cotas raciais nas universidades estaduais do Rio. No entanto, cria cotas para filhos de policiais civis e

militares, bombeiros militares, inspetores de segurança, entre outros. O autor da proposta, o deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL), foi o mesmo que quebrou a placa em homenagem à vereadora Marielle Franco (Pso), assassinada no ano passado.

Permanência

Dentro da universidade, muitos estudantes recém-ingressos se depararam com outro desafio, que é o de conseguir permanecer nela. Gastos com transporte, moradia (muitos moram em regiões periféricas) e alimentação, por exemplo, afastam estudantes das instituições. Muitos alunos são responsáveis, também, por cuidar de afazeres domésticos e pela complementação de renda da família.

Democratizar as condições de permanência dos jovens negros na educação superior pública federal e reduzir as taxas de evasão são algumas das funções das políticas de permanência estudantil na educação superior. Em 2007, foi instituído em âmbito federal o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes).

Segundo Célia Santana, docente do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia (DCHT/Uneb), os programas

de permanência são de extrema importância para garantir a continuação do estudante na instituição de ensino superior público. Para ela, as políticas de acesso têm que vir acompanhadas das políticas de permanência, não podendo ser desassociadas.

“Não basta criar políticas de acesso, é preciso garantir a permanência desses estudantes negros e, também, indígenas nas escolas e universidades. Com o contingenciamento do orçamento das universidades, tivemos grandes impactos nas bolsas estudantis e, em um determinado período, elas foram suspensas. O estudante fica extremamente vulnerável e questionando a sua permanência naquele espaço, se vale a pena ou não ficar. O estudante precisa, muitas vezes, de residência, transporte, alimentação, verba para a compra de material e, ainda, estratégias pedagógicas de acompanhamento dos estudos e elaboração dos trabalhos acadêmicos. E isso precisa ser pensado quando se discute as ações afirmativas”, explica a docente.

Célia Santana problematiza, ainda, a importância do estudante ter garantias de ingresso no mercado de trabalho. “É preciso pensar o que vai possibilitar essa mudança social, uma transformação na vida desse sujeito. É a partir da educação que o emprego, a renda, a cidadania e as garantias de direito chegam à população negra”, acrescentou.

Cortes e os impactos nas bolsas

O aprofundamento da política de ajuste fiscal e os recorrentes cortes no orçamento da Educação, intensificados nos últimos anos, tiveram efeitos práticos na permanência de jovens negros e pardos nas IES. Este ano, o contingenciamento de R\$ 5,83 bilhões no orçamento do Ministério da Educação (MEC) atingiu as verbas discricionárias das Instituições de Ensino Superior (IES) no valor de R\$ 1,7 bilhão.

As verbas discricionárias são destinadas ao pagamento de contas de água, luz, manutenção, pagamento dos servidores terceirizados, entre outros. Além disso, são também direcionadas para programas mantidos pelas universidades, como bolsas de auxílio para estudantes e bolsas de pesquisas acadêmicas. Mesmo com a liberação das verbas, recentemente, estudantes não receberam o pagamento retroativo das bolsas.

Para Célia Santana, as políticas de acesso e permanência não podem simplesmente desaparecer nem serem minimizadas por trocas de governo. “Garantir a permanência dos estudantes negros e periféricos nas IES é uma luta árdua continua, ainda mais com a ascensão de governos de cunho autoritário”, disse.

Democracia racial?

As estatísticas de cor ou raça produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e fazem parte de uma maioria entre os que frequentam o ensino superior público, por exemplo. Já os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como dos indígenas, costumam ser bem mais desvantajosos.

No acesso ao ensino superior público, apesar do crescimento do ingresso de estudantes negros nas IES, o número ainda é inferior ao de estudantes brancos.

Além disso, a inserção não reflete o percentual da população negra e parda no país que ultrapassa os 55%, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) divulgada pelo IBGE neste ano.

“Vivemos em uma sociedade extremamente desigual e capitalista, inclusive que enriquece uma pequena parcela da sociedade em relação à exploração da mão de obra direta. Então, a gente precisa discutir isso. As políticas afirmativas são necessárias e precisam ser demarcadas, garantidas. É a partir delas que vamos pensar outro modelo de sociedade, menos desigual e injusta”, afirma Célia.

358 anos de escravidão

No Brasil, os 358 anos de escravidão (1530-1888) perpetuaram um racismo contra os afrodescendentes que implica, ainda hoje, na exclusão de mulheres e homens negros do mercado de trabalho, das universidades e em outros espaços sociais, em geral. O racismo é um elemento estruturante da dominação de classe.

Célia Santana explica que, mesmo após 130 anos de abolição da escravidão, ainda é muito difícil para a população negra ascender economicamente no Brasil. “No período pós-abolição não houve nenhum projeto de inserção do negro na sociedade brasileira. Mesmo depois de libertos, os negros ficaram à própria sorte. Então, o Brasil vai se estruturar sobre aquilo que chamamos de racismo institucional”, conta.

Para ela, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado equiparando a desigualdade social que, conseqüentemente, gera a desigualdade econômica.

ANDES-SN

Durante décadas, o ANDES-SN vem construindo políticas de combate ao racismo e, principalmente, de reconhecimento da necessidade de políticas de reparação à população negra. Em 2018, no 37º Congresso, os

docentes deliberaram pela continuidade da luta na aplicação, no currículo oficial da rede de ensino, a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; pela construção de uma cartilha sobre o combate e as formas de denúncia de racismo, publicada neste ano.

Além disso, a intensificação das lutas pela implementação nas instituições de cursos de formação de professores que atendam as especificidades dos estudantes quilombolas e indígenas, pela garantia ao acesso e permanência da população negra nas IES, no âmbito da graduação e pós-graduação, e também a luta pela aplicação da Lei nº 12.990/14, que garante cotas no serviço público.

No 38º Congresso do ANDES-SN, os docentes aprovaram a resolução de que o Sindicato Nacional, via seções sindicais, defenda a existência e os trabalhos das Comissões de Heteroidentificação “para evitar fraudes e garantir a efetiva política das ações afirmativas no ensino superior”.

“Enquanto Sindicato Nacional, que defende uma universidade pública, laica, gratuita, socialmente referenciada e, também, classista, de luta antirracista, antimachista, é fundamental que a gente entenda que as políticas de ações afirmativas são importantes para o acesso de uma parte da classe trabalhadora que historicamente foi excluída e apartada da universidade. É uma classe trabalhadora negra, periférica, que produz cultura e compõe parcela importante da população brasileira”, explica Rosineide.

De acordo com a diretora do ANDES-SN, as políticas de acesso e permanência contribuíram para mudar não só a cor das universidades, mas mudar as pessoas que a acessam, tensionar a função dos docentes e apontar a necessidade de olhar com pluralidade a população brasileira.

“Nesse cenário de retrocesso e avanço do conservadorismo e de pautas racistas, machistas, misóginas é importante reafirmar que a universidade pública brasileira é para todos e todas, sejam elas negros e negras, filhos e filhas da classe trabalhadora”, conclui.



MERCADO DE TRABALHO

Trabalhadores brancos, em 2018, ganhavam, em média, 73,9% a mais do que pretos ou pardos — e recebiam, em média, 27,1% a mais que as mulheres. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições da vida da população brasileira” apontam que o trabalhador branco recebeu por hora R\$ 17 em média – sendo que o de cor preta ou parda teve ganho de R\$ 10,1 por hora. Analisando o nível de escolaridade, ensino superior completo, o homem branco teve, ano passado, uma renda de R\$ 32,8 por hora trabalhada — sendo que o trabalhador de cor preta ou parda com mesmo nível de escolaridade tem rendimento de R\$ 22,7 por hora trabalhada.



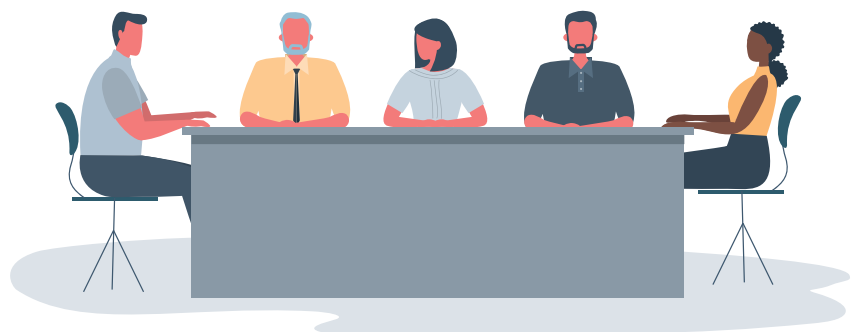
ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFROBRASILEIRA

A Lei nº 10.639, de 2003, tornou obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afrobrasileira nas escolas de Educação Básica brasileiras. Desde então, a fim de que sejam criadas as condições necessárias para colocar em prática o que a Lei preconiza, diversas ações vêm sendo implementadas pelo Ministério da Educação, especialmente por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC).



DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO EM ATIVIDADE (2014)

Segundo o Boletim de Políticas Sociais do Ipea, negros no serviço público ocupam as funções menos remuneradas e com menor poder de influenciar o processo decisório. Em cargos de nível auxiliar são 50,7% e no nível intermediário 31,9%, enquanto no nível superior o percentual cai para 20,1%.



Militarização das escolas é o retrocesso a uma educação não questionadora



Foto: Reprodução

Escolas militarizadas são colégios públicos, de ensino fundamental e médio, geridas por instituições militares, como a Polícia Militar. O modelo é defendido pelo atual governo e vem sendo implantado, ao longo dos anos, em diversos estados, com destaque para Goiás, onde há 60 unidades escolares administradas pela PM - um aumento de 212% desde 2013. Durante a campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro chegou a prometer que, em até dois anos, haveria um colégio militarizado em cada capital do país.

O formato é diferente das escolas totalmente militares, as quais são geridas somente pelo Exército e planejadas para os filhos de militares. As escolas militarizadas seguem o modelo cívico-militar, no qual o currículo é determinado pelas Secretarias de Educação, mas os estudantes seguem regras definidas pelos militares. Os gestores militares, sob este modelo, têm as atribuições de supervisionar o comportamento dos alunos, coordenar atividades extracurriculares, como cursos e palestras e promover ações disciplinares voltadas à formação cívica, moral e ética. Os servidores da Secretaria de Educação continuam responsáveis pela gestão administrativa, financeira e institucional,

atividades pedagógicas e o cumprimento do Projeto Político-Pedagógico, conforme Leis de Diretrizes Educacionais.

Nestas escolas, os alunos passam por uma inspeção na entrada, a 'primeira revista', e depois por outra, realizada pelos seus pares, a 'segunda revista'. Perdem pontos ou são punidos estudantes que tenham cabelos diferentes do padrão estabelecido, andem com a mão no bolso, estejam com o uniforme - que é de uso obrigatório - desarrumado. Para ter o filho 'enquadrado' em regras tão rígidas, os responsáveis pelos alunos são convidados a fazer contribuições financeiras não obrigatórias, que podem variar de R\$ 80 a R\$ 110. Em quase todas as escolas, os pais e mães precisam, ainda, arcar com o custo do uniforme, que podem variar de R\$ 400 a R\$ 700, funcionando como uma seleção prévia de quem pode estudar nessas escolas.

Diante do cenário apresentado e para termos uma noção mais clara sobre os perigos deste ensino militarizado, conversamos com a professora Miriam Fábria Alves, que é doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, ela é professora associada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação/FE/UFG. Confira a entrevista.

Por que o governo apoia a criação de escolas militarizadas?

O que temos acompanhado acerca da "militarização" é que é um processo bastante complexo. O governo de Goiás, por exemplo, apoia escolas militarizadas e as difundiu nos últimos anos por algumas questões básicas. Primeiro, tem projetado um modelo de escola que "dá certo" sem realizar investimentos na rede como um todo. E, por outro, se exige da obrigatoriedade de oferecer uma educação de qualidade para todos, pois já faz o mínimo oferecendo as escolas militarizadas, que, cresceram exponencialmente no estado nos últimos anos. Nesse processo, cria-se uma escola que é minoritária e ela é propagandeada como a escola que "dá certo".

Uma escola militarizada tem mais forças para se manter?

Os nossos estudos têm indicado que este tipo de escola tem maior potência para buscar recursos e assim manter sua estrutura. Os militares, hoje, têm um poder dentro da escola que não é equivalente aos dos profissionais civis no exercício da docência e, conseqüentemente, nesse aspecto, essa escola ganha um destaque mais forte. Os policiais têm um trânsito mais livre junto ao poder público. Eles conseguem resolver coisas mais rapidamente e é aí que o ensino militarizado ganha força.

Alguns pais acreditam que escolas militarizadas são mais seguras e que nelas os alunos alcançam notas mais altas, por exemplo. Como você enxerga essa questão?

Uma outra discussão importante é exatamente sobre a ideia dos pais de que este método é melhor. Aqui em Goiás temos uma propaganda de que a escola militarizada é segura. O pai quer uma escola sólida para o seu filho, quer que essa escola imponha disciplina, ensine valores, respeito à tradição, principalmente em um momento que as famílias têm muita dificuldade em fazer esse trabalho. A escola acaba assumindo o lugar da família, pois os próprios pais se ausentam dessa missão. É uma escola vista como de qualidade e aí os defensores deste modelo juntam argumentos poderosos e o apresentam à comunidade como uma escola interessante. Este é um modelo que torna a escola branca, elitizada, conservadora.

E para os alunos, como é estar presente diariamente em uma escola militarizada?

Com relação aos alunos, nós temos tido uma narrativa bastante controversa. Temos um grupo de alunos que são muito favoráveis ao modelo de escola militarizada e tem outro grupo que têm duras críticas ao modelo instituído. Neste segundo grupo, há meninas que relatam experiências duras. Muitas delas contam que permanecem na escola somente para cumprir com o desejo familiar.

E quanto ao jovem negro, ele é mais prejudicado do que um branco em escolas militarizadas?

Até o momento não temos estudos específicos sobre o jovem e a jovem negra na escola. Os relatos que nós temos, em diferentes lugares, é a dificuldade desse público permanecer na escola, seja ela militariza ou não. Em um país como o nosso, de desigualdades extremas, o público negro é sistematicamente excluído por ser o público mais pobre, com maiores dificuldades de permanência nas escolas.

Quais as medidas que levam o ensino militarizado a ser excludente?

Essa escola é excludente em vários aspectos. Por exemplo, ao cobrar uma contribuição voluntária, ela já exclui uma parcela que não pode pagar esta contribuição. Ela exclui quando exige conjuntos de roupas e força os pais ou alunos a adquirirem peças que não são compatíveis com uma parcela grande da população. O controle rígido dos corpos e do comportamento dos jovens no cotidiano escolar já é também excludente. Ao impor uma doutrina militar para civis que não vão necessariamente seguir carreira, se apresenta como um modelo autoritário e arbitrário.

Qual a relação desse modelo de educação com a atual conjuntura do país?

Se nós pensarmos no que é um bom projeto de educação, essa escola não é adequada para a sociedade do conhecimento. Ela não

forma para a autonomia e nem para atuar nesta sociedade altamente mutável do ponto de vista da tecnologia. No entanto, o que temos visto nos últimos anos no Brasil é uma sanha conservadora, que acaba endossando um modelo de formação padronizado, que, neste aspecto, acaba por combinar perfeitamente com o cenário que atravessamos no momento.

O que as pessoas não sabem sobre a escola militarizada? Existem informações importantes que estão ficando de fora do noticiário?

Essa pergunta contempla duas questões fundamentais. Uma é a questão da transparência da escola, da dificuldade em existir o controle social de suas práticas. Como temos visto cada vez mais, o noticiário traz questões sobre violência na escola, ou seja, fatos que ficam escondidos do conhecimento até que extrapolam um dado limite e acabam vindo à tona. Então, o que acontece ou deixa de acontecer na escola militarizada é um mistério. Quando aparecem notícias horrorosas de assédio dos policiais com os estudantes as pessoas ficam chocadas, mas e quanto aos fatos que permanecem secretos?

Finalmente, falta uma reflexão sobre um fato concreto: essa polícia que está cuidando da educação dos jovens é a mesma polícia que atua na repressão ao crime. E nós temos, no país, uma das polícias que mais mata jovens.



Mais de 700 famílias quilombolas podem ser desalojadas pela cessão da Base de Alcântara aos EUA

Comunidades remanescentes de remoção forçada nos anos 1980 temem ter seus direitos desrespeitados



Foto: Eduardo Guimaraes (Eco Nordeste/AMAZÔNIA REAL)

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso pelos Estados Unidos da Base de Alcântara, no Maranhão, firmado pelos presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump (EUA) em março deste ano, está prestes a sair do papel. Votado na Câmara por maioria esmagadora, 329 votos a favor e 82 contra, agora espera apenas o aval do Senado.

Se aprovado, os EUA saem ganhando, podendo usufruir, de forma praticamente irrestrita, de uma parte do território brasileiro, sem oferecer contrapartidas de transferência tecnológica. Além de um profundo ataque à Soberania Nacional, saem perdendo também mais de 700 famílias quilombolas, que vivem hoje na região, representando 77% da população local.

O governo brasileiro estima que poderá receber até 10 bilhões de dólares anuais pelo aluguel da base, a partir de 2040, que seriam revertidos para o programa aeroespacial nacional. Os Estados Unidos pagariam esta quantia para lançar satélites e foguetes pelo Centro de Lançamento de

Alcântara, cuja localização é extremamente privilegiada por estar a apenas dois graus de distância da linha do Equador. Aproveitando a maior velocidade de rotação da Terra, é possível colocar foguetes em órbita com menores gastos em combustível.

Além de não poder exercer qualquer controle sobre os lançamentos realizados a partir da base localizada em território nacional, o Brasil se torna automaticamente um alvo estratégico dos inimigos dos EUA. O país fica submetido aos interesses geopolíticos dos estadunidenses e impedido de desenvolver o próprio programa aeroespacial. Apenas poderá assistir, transitando pelo seu território, veículos de carga transportando armas em containers lacrados, que não terá sequer permissão de inspecionar.

#AlcantaraÉQuilombola

O município de Alcântara concentra quase 200 comunidades quilombolas, com cerca de 3,3 mil famílias e aproximadamente 22 mil pessoas. É a região do Brasil que abriga a maior população remanescente de quilombos, dividida em três grandes

territórios: o Território da Ilha do Cajual, o Território de Santa Tereza e o Território Étnico Quilombola, este em conflito direto com o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), como também é conhecida a Base Espacial.

Nos anos 1980, quando o CLA foi concebido pela ditadura civil-militar, mais de 300 famílias foram removidas da região para a criação do núcleo central da base de lançamento. Na época, não houve qualquer forma de consulta prévia junto às comunidades, que não tiveram nem seus direitos básicos assistidos.

Quarenta anos depois, o risco é de que cerca de 700 famílias quilombolas - quase 2 mil pessoas - sejam obrigadas a deixar suas terras. A professora Maristela de Paula Andrade, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que participou dos protestos naquela época, vê com grande apreensão o movimento atual.

"Existe uma forte preocupação de que haja restrição no acesso ao litoral. Os quilombolas que vivem na costa não compõem um número tão expressivo, mas há uma questão estratégica importante,

pois mesmo aqueles que tiveram de se mudar continuam sobrevivendo indo ao litoral buscar peixes e mariscos", diz ela.

A maioria das famílias desapropriadas não recebeu, até hoje, forma alguma de indenização - boa parte das ações ainda corre na justiça. Assentados em locais impróprios para a agricultura familiar, os quilombolas estão a 20 quilômetros de distância do mar e têm apenas 15 hectares de terra para roça. Afastados do seu lugar de origem, buscam manter seus costumes e conservar, pouco que seja, o sentimento de vínculo com sua terra.

Assim, sobrevivem de programas sociais como o Bolsa Família e mantêm seus hábitos alimentares comprando pescados dos remanescentes do povoado original. Afastados do seu lugar de origem, buscam manter seus hábitos e costumes alimentares e conservar, pouco que seja, o sentimento de vínculo com sua terra.

Na noite do último dia 5 de novembro, o Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) ocupou a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (Incra), exigindo a titulação de terras e agilidade nos processos de posse em seus territórios.

A demanda dos quilombolas é o cumprimento de acordos firmados com o Incra em 2011, e não concretizados até agora. Os relatórios técnicos de identificação e delimitação dos territórios quilombolas, prometidos para 2018, não foram concluídos. A importância deste reconhecimento é garantir a titulação e, assim, assegurar que a terra é parte de uma área remanescente da população escravizada, ficando, portanto, protegida pela legislação.

O descaso com a demarcação das terras das famílias quilombolas é tamanho, que os investimentos para este fim diminuem a cada ano. O montante vem caindo desde 2012, quando somava R\$ 51,7 milhões. Nos anos seguintes, no governo de Dilma Rousseff, o orçamento da pasta diminuiu 80%. As titulações estão paralisadas desde 2016. Em 2017, o Orçamento da União previu apenas R\$ 4,1 milhões para as demarcações – o menor valor desde o ano de 2009.

Uma reportagem do jornal Folha de

S. Paulo revelou, em 11 de outubro, a existência de uma série de documentos, produzidos por um grupo de trabalho constituído por 11 ministérios, que demonstra haver um plano para remover mais famílias. Além disso, sugere também implementar campanhas de marketing para convencer a população quilombola de que a remoção seria vantajosa. "O plano previa criar 'corredores' para permitir o acesso ao litoral, semelhante a animais em uma reserva ecológica", lamenta a professora Maristela.

Além do impacto social para as comunidades quilombolas, há, ainda, uma questão ecológica importante a ser considerada. O Centro de Lançamento de Alcântara funciona há décadas sem a realização de um estudo do impacto ambiental que causa na região. Em flagrante desrespeito às questões ambientais, sociais, políticas e econômicas do país, a cessão de território estratégico brasileiro aos estadunidenses é mais um capítulo da entrega sistêmica das riquezas nacionais aos interesses neoliberais estrangeiros.

Interesse que vem de longa data

A lista de possíveis interessados em alugar a Base de Alcântara é longa e já incluiu China, União Soviética, Rússia, Ucrânia e Argentina. Considerado o melhor local do mundo para o lançamento de foguetes, o CLA surgiu em 1983 com a expectativa de colocar o Brasil em um mercado bilionário graças ao Veículo Lançador de Satélites (VLS). Este, porém falhou por três vezes sucessivas: em 1997, 1999 e 2003, quando morreram 21 técnicos e engenheiros, frustrando os planos grandiosos do país.

Nos anos 2000, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o primeiro Acordo de Salvaguarda Tecnológica com os Estados Unidos, autorizando que equipamentos do país pudessem ser lançados de Alcântara, em troca do pagamento de royalties à União. Engavetada no Legislativo, a proposta voltou a ser discutida em 2013, no governo de Dilma Rousseff e, novamente, acabou na gaveta quando se descobriu que a agência estadunidense NSA espionava a presidente e a Petrobras.



Dia Nacional da Consciência Negra

“[...] eu quero ver quando Zumbi chegar, o que vai acontecer. Zumbi é senhor das guerras, é senhor das demandas. Quando Zumbi chega, é Zumbi quem manda [...]” (Jorge Ben Jor, 1974)

O Dia Nacional da Consciência Negra é celebrado em 20 de novembro. A data faz referência ao assassinato de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco. Segundo dados históricos, o quilombo reuniu cerca de trinta mil moradores que viviam livres, de acordo com sua cultura e religião, plantando e caçando o que precisavam para viver.

Zumbi, ao lado de sua companheira Dandara, foi símbolo da resistência de negras e negros contra a escravidão no Brasil. Ganhou notoriedade entre seus companheiros de quilombo por lutar e resgatar negros da opressão colonial dos escravistas, com suas habilidades como guerreiro e estrategista militar.

Em 20 de novembro 1695, Zumbi foi traído por um de seus capitães, Antônio Soares, e assassinado pelo capitão Furtado de Mendonça, a mando do imperador de Portugal, Pedro II.

Além de Zumbi, diversos negros e diversas negras também protagonizaram atos de resistência contra o regime escravocrata. Dandara, Teresa de Benguela, Luís Gama, Adelina, Maria Firmina e Dragão do Mar são alguns dos que estiveram à frente da luta abolicionista no Brasil. O 20 de novembro é um marco também em memória a estes e tantos outros que viveram e vivem a luta cotidiana contra o racismo, o genocídio do povo negro e por uma sociedade antirracista.

Origem e oficialização da data

Em 1971, o Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, usou a data como marco da luta coletiva da população negra. A nacionalização e o cunho do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra ocorreu em 1978, com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU).

Foram anos de luta até que, em 2003, o dia foi institucionalizado, com a Lei nº 10.639, que incluiu a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-raciais, História da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares e inseriu no calendário escolar o 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Em 2011, a Lei 12.519 instituiu o “Dia



Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares”.

Essas legislações representam um avanço no reconhecimento pelo direito à memória e história da população negra no Brasil. A data passou a ser oficialmente símbolo de resistência e luta da população negra.

Necessária reparação histórica

A celebração reitera a importância de refletir sobre a posição dos negros/as na sociedade durante os 300 anos de escravidão e o período pós-escravocrata, no qual a população afro-brasileira sofre, até os dias atuais, com a falta de oportunidades e diversos níveis de preconceito.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem poucos estudos oficiais referentes à pós-abolição da escravatura no Brasil. No entanto, o que se sabe é que o Estado nesse período e foi omissivo em garantir a inserção igualitária da população negra na sociedade. Sem amparo, todo um povo foi deixado à margem e até hoje luta por direitos sociais e por respeito.

De acordo com dados do IBGE (2016), dos 10% mais pobres da população brasileira, 78,5% são negros/as ou pardos/as. Ou seja, a pirâmide social não teve muitas mudanças, os/as negros/as são, desde sempre, não mais excluídos da sociedade, tanto pelo Estado quanto pela própria comunidade.

Já de acordo com o Atlas de Violência

de 2018, as pessoas negras representam 71,5% dos assassinados no Brasil entre 2006 e 2016. E enquanto o assassinato de mulheres brancas registrou queda de 8% neste período, o de mulheres negras aumentou 15,4%.

Nesse cenário, o Dia Nacional da Consciência Negra, é fundamental para promover ações e políticas públicas de resistência e confronto a essa realidade que escancara o racismo estrutural em nossa sociedade.

DADOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA:

- A população negra representa 78,9% dos indivíduos entre os 10% com mais chances de morrerem assassinadas no Brasil, de acordo com o Atlas da Violência de 2017;
- 61,6% dos presídios brasileiros são compostos por pretos e pardos, dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen);
- Apenas 10% dos livros publicados por brasileiros entre 1965 e 2014 são de autores negros, segundo pesquisa da UnB;
- Apenas 2% dos diretores de cinema são homens negros, de acordo com pesquisa da UERJ.
- 63,7% dos desempregados são negros, o que faz com que a taxa de desocupação entre os negros seja de 14,6%, comparado a 9,9% entre trabalhadores brancos, dados obtidos na PNAD Contínua.